

MEDIDAS PROPOSTAS

Colégio do Castanheiro

1. Apostar, a nível financeiro e a nível da comunicação social, no desporto feminino.
2. Realizar sensibilizações para que a equidade de géneros seja efetiva.
3. Terminar com as desigualdades salariais que continuam a existir.

EB1,2,3/JI da Vila de Rabo de Peixe

1. Conceder ao pai e à mãe o mesmo tempo de licença para estar com o bebé.
2. Garantir que os salários sejam iguais para os homens e para as mulheres nos trabalhos privados.
3. Combater o insucesso escolar.

EB1,2,3/S Mouzinho da Silveira

1. Lei da paridade aplicada às empresas privadas.
Tendo em conta que os quadros superiores das empresas privadas são maioritariamente ocupados por pessoas do sexo masculino, a medida vai no sentido de introduzir uma lei, na qual em cada três pessoas, uma delas seja do sexo oposto.
 2. Trabalhar a defesa pessoal e tarefas domésticas nas aulas de Cidadania do 7º ano.
Segundo os dados estatísticos, a maior parte das vítimas de violência doméstica (cerca de 80%) são do sexo feminino. Para combater esta tendência, a nossa proposta vai no sentido de trabalhar a defesa pessoal ao longo do primeiro semestre do ano letivo, para que os alunos, principalmente os do sexo feminino, mas também os do sexo masculino aprendam a defender-se em casos de violência. O objetivo é somente a defesa e nunca o ataque.
Relativamente ao desenvolvimento de práticas associadas às tarefas domésticas, estas seriam lecionadas no segundo semestre, e o objetivo é o reconhecimento por parte dos alunos do sexo masculino, da necessidade de aprenderem a realizar as principais tarefas domésticas, maioritariamente desempenhadas pelas mulheres. O objetivo seria aliviá-las dessa carga excessiva e fazer com que tivessem mais tempo disponível para a profissão. Assim, a falta de tempo não seria um obstáculo para a ocupação de cargos superiores quer no setor público ou privado.
 3. Penalização das empresas que não cumpram uma tabela salarial igualitária para ambos os sexos.
Segundo dados estatísticos, o sexo feminino auferir, em Portugal, um salário inferior ao sexo masculino mesmo quando ambos exercem a mesma tarefa, na mesma empresa. A nossa medida vai no sentido de aplicar uma coima, agravando o IRC (Imposto sobre Rendimento de pessoas Coletivas) nas empresas que não cumpram uma tabela salarial igualitária para ambos os sexos.
-

EB1,2,3/JI da Vila de S. Sebastião

1. Maior igualdade de salários entre homens e mulheres no desempenho de funções semelhantes.
2. Incentivar a igualdade de género no que respeita à contratação de trabalhadores.
3. Promover a igualdade de género nos *media*.

EB1,2,3/JI de Ponta Garça

1. Maior participação da Mulher na Política.
2. Concretizar a igualdade de salários entre géneros.
3. Fazer corresponder o nível de escolaridade das mulheres ao salário e cargos inerentes.

EB1,2,3/JI do Topo

1. Garantir que todas as mulheres tenham direito ao trabalho.
2. Terminar com a desigualdade salarial.

EB1,2,3/JI dos Biscoitos

1. Criação de um blog para promover a igualdade de géneros nas redes sociais.
2. Criação de um Gabinete de Apoio à igualdade de géneros nas Escolas.
3. Constituição de uma autoridade especializada na fiscalização do cumprimento dos direitos de igualdade.

EB1,2,3/JI/S de São Roque do Pico

1. Aumento da licença paternal. Pretende-se que o pai goze do mesmo período de licença que a mãe, ou seja, seis semanas, em vez dos 25 dias. O objetivo é fazer com que o pai possa acompanhar a mulher num processo complexo e crítico, que é o pós parto, de forma a que ambos possam em sintonia e harmonia reajustar hábitos quotidianos e afetivos.
2. Agravamento da pena em casos de assédio sexual, violação e violência doméstica. De acordo, com as estatísticas, a cerca de 80% dos agressores sexuais e de violência doméstica é aplicada pelos tribunais a pena suspensa. Esta medida é claramente prejudicial para as vítimas e para a restante população, uma vez que as probabilidades destes indivíduos voltarem a cometer os mesmos crimes são muito elevadas.
3. Organização de palestras/atividades relacionadas com a violência doméstica e crimes sexuais. Numa realidade social, notoriamente, machista pretende-se com esta medida criar mecanismos que possam promover a mudança de mentalidades. Temos a noção que não é suficiente, mas é preciso começar por algum lado. E como estudantes do ensino básico é este o contributo que podemos dar para que no futuro não sejamos nós as vítimas deste flagelo que assola milhares de mulheres e homens todos os anos.

EB1,2,3/JI/S/Padre Maurício de Freitas

1. A abolição das cotas das mulheres na vida política.
 2. Existir um maior controlo de fiscalização para verificar se o direito laboral das mulheres é exercido justamente.
 3. Realizar ações de formação/palestras ao longo do ano letivo acerca do tema “Igualdade de Género”, para que este tema não seja esquecido.
-

EB1,2,3/JI/S/EA Tomás de Borba

1. Assegurar, através de uma lei, que os lugares de chefia da administração pública, por cada departamento do governo, sejam ocupados, obrigatoriamente, por um mínimo de um terço de um dos géneros.
2. Alargar a licença parental até 8 meses, apenas nos casos em que esta seja partilhada equitativamente pelos dois progenitores.
3. Obrigatoriedade de paridade de género na constituição das listas dos partidos políticos candidatos a órgãos de soberania.

EB1,2/JI António José de Ávila

1. Igualdade de acesso a qualquer profissão, independentemente do género.
- 2 Propomos que não haja diferença de salários entre homens e mulheres, quando desempenham os mesmos cargos.
- 3 Gostaríamos que os transsexuais não fossem vítimas de tanta discriminação e julgamento por parte das pessoas.

EB2,3 da Maia

1. Propomos a alteração, no que se refere, ao número de deputados e deputadas com assento parlamentar.
2. Propomos a alteração da linguagem textual e visual dos manuais escolares.

EB2,3 de Angra do Heroísmo

1. Contratação obrigatória de substituição
Contratação de um funcionário que exerça funções de substituição, sempre que se verifique ausência de um funcionário por gravidez de risco, puérpera ou lactante, licença parental ou apoio aos filhos menores por período superior a 30 dias.
2. Apoio financeiro aos clubes com modalidades femininas e masculinas
Atribuição de uma majoração de 25% nos subsídios e apoios do estado atribuídos aos clubes que tenham equipas femininas e masculinas em cada modalidade que promovam.

EB2,3/S Cardeal Costa Nunes

1. Os tribunais deverão pronunciar-se sobre a nova residência dos pais separados, evitando que a distância física comprometa o normal e regular acompanhamento da criança, nas várias necessidades da vida, até que a mesma atinja a maioridade, não sobrecarregando nenhum dos pais.
2. Criação de zonas neutras onde se encontrarão os fraldários.
3. Nas lojas da especialidade, classificar os brinquedos apenas por faixas etárias e respetivos interesses e nunca por género.

EB2,3/S das Lajes do Pico

1. Ilegalizar a diferença salarial entre homens e mulheres.
 2. Alterar a lei da paridade nas listas de candidatos para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais de 33,3% de cada um dos sexos para 50% de cada um dos sexos.
 3. Igualar os apoios públicos nas diversas modalidades desportivas masculinas e femininas.
-

EB2,3/S de Velas

1. Incentivos às empresas que comprovem praticar a igualdade remuneratória entre mulheres e homens e a paridade de género no que respeita aos seus lugares de topo (redução de impostos, benefícios fiscais, redução das taxas de segurança social ou outras medidas similares).
2. Alargamento da licença parental inicial para 180 dias, dos quais 90 dias serão obrigatoriamente gozados pelo pai e os outros 90 dias pela mãe, em exclusividade.
3. Alargamento da rede de creches e a criação de novas creches contribuirá, decisivamente, para permitir à mulher o acesso aos lugares de decisão, bem como para a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Uma vez que menos de metade das crianças entre os 0 e os 3 anos frequenta as creches ou amas e Portugal é o país com a mais elevada percentagem de mulheres em idade fértil a trabalhar a tempo inteiro.

EB2,3/S de Vila Franca do Campo

1. Divulgar mais o desporto feminino nos meios de comunicação social públicos.
2. Tornar obrigatório por lei, a igualdade salarial entre homens e mulheres pelo desempenho de funções laborais idênticas, nas empresas privadas, e providenciar a fiscalização do cumprimento da lei.
3. Criar incentivos, através da fiscalidade do trabalho, para as empresas, com o intuito de promover o acesso das mulheres a lugares de topo/poder.

EB2,3/S Manuel Azevedo da Cunha

1. Criação de apoios financeiros/alívio do IRC às empresas que contratam mulheres qualificadas em pé de igualdade com os homens.
2. Promoção de Campanhas de Sensibilização sobre igualdade de género e o combate à discriminação em determinadas profissões, nomeadamente nas forças de segurança.
3. Criação de acordos entre a segurança social e as creches para a flexibilização dos horários das mesmas, permitindo a mães e pais solteiros/casados poderem exercer a sua profissão sem condicionalismos.

EB2,3/S Bento Rodrigues

1. Adoção de medidas que tornem obrigatória a colocação de fraldários nas casas de banho públicas masculinas e femininas.
2. Adoção de medidas que incentivem, nas Creches e Jardins de Infância, a utilização de brinquedos e a dinamização de jogos e brincadeiras promotoras da aceitação das diferenças e que combatam a abolição dos estereótipos de género.
3. Propor ao Ministério da Educação a comemoração, em todas as escolas, do “Dia da Troca de Género”.

ES Antero de Quental

1. Aplicação de um Questionário Universal no âmbito das entrevistas de emprego.
 2. Alteração das Leis para a igualdade de salário, taxas e licenças.
 3. Aposta na formação/informação com a Realização de Convenções Internacionais.
-

ES da Lagoa

1. Promover o respeito pela mulher no local de trabalho através da publicidade e desenvolvimento de campanhas de sensibilização contra o Assédio Sexual no emprego. Pretende-se incentivar a denúncia dos crimes de forma a terminar com a cultura de impunidade, assim como promover um debate social sobre os limites sobre o que deve ser considerado comportamento correto em contexto laboral.
2. Promover e legislar para a igualdade de direitos entre homens e mulheres em termos de direitos a licenças de maternidade e paternidade, incentivando o igual usufruto dos direitos. Desta forma, promove-se também uma nova visão empresarial de que os direitos associados aos filhos são utilizados de forma igual entre homens e mulheres, pelo que a discriminação com base no género torna-se irrelevante em termos financeiros.

ES da Ribeira Grande

1. Promover a Igualdade laboral entre Homens e Mulheres.
2. Implementar um novo sistema de distribuição Parlamentar, de modo, a abolir a desigualdade de deputadas e deputados presentes no Parlamento.
3. Criação de casas de acolhimento para homens que sofram de violência doméstica.

ES das Laranjeiras

1. Propomos que um dos conteúdos programáticos obrigatórios da disciplina de Educação Tecnológica, desde o 7.º ano até ao 9.º ano de escolaridade, seja a confeção de receitas simples, rápidas e saudáveis que, futuramente, se revelarão uma mais-valia na partilha das tarefas domésticas pelo casal.
2. Propomos que sejam ministradas aulas de “Defesa Pessoal” quer como parte integrante do programa de Educação Física, quer como Atividade Desportiva Escolar (ADE), no sentido de fornecer tanto aos alunos e, sobretudo, às alunas conhecimentos práticos que os/as tornem aptos/as a defenderem-se numa situação em que estejam sob uma ameaça física real e em risco sério de violência perpetrada contra eles/elas.
3. Tornar obrigatória a adoção de planos de igualdade em todas as escolas, estabelecendo o sistema de quotas em termos dos membros do Conselho Executivo, do Conselho Pedagógico, da Assembleia de Escola e dos membros da Associação de Estudantes.

ES Domingos Rebelo

1. Aplicar a igualdade salarial, para trabalho igual, entre homens e mulheres, no setor privado.
2. Alterar a Lei Orgânica nº 3/2006 de 21 de agosto para que esta assegure a representação mínima de 50% de cada um dos sexos, em todas as candidaturas para os órgãos locais, regional, nacional e europeu.
3. Elaborar planos para a igualdade em todas as instituições (Privada, Pública) de acordo com a sua área de intervenção e público-alvo.

ES Jerónimo Emiliano de Andrade

1. Reforçar a lei de igualdade de remuneração, criando uma entidade creditada que fiscalize as empresas para que não haja discriminação salarial entre trabalhadores dos dois géneros que ocupam o mesmo cargo e que privilegie as empresas cumpridoras e puna as incumpridoras.
 2. Responsabilizar todas as empresas que não contratam ou penalizam trabalhadores devido ao seu género.
 3. Criar campanhas de sensibilização sobre o assunto “Igualdade de género” principalmente destinadas aos mais jovens para diminuir os estereótipos.
-

ES Manuel de Arriaga

1. Fiscalização dos setores públicos e privados.
2. Promoção do tema nas escolas através de campanhas de sensibilização para a temática.

ES Vitorino Nemésio

1. Fiscalização e penalização das empresas que não promovam a igualdade de género e a igualdade salarial.
 2. Atribuição de benefícios iguais para homens e mulheres, por parte da entidade patronal, no que diz respeito à maternidade e à paternidade.
 3. Reforçar os mecanismos de análise da publicidade a fim de garantir a sensibilização para uma representação igualitária e não sexista.
-